


EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE
PERNAMBUCO - JUCEPE

ALBERTO CARDOSO CORREIA REGO FILHO, brasileiro, casado em regime de comunhão
parcial de bens, empresário, residente e domiciliado à Avenida Beira Rio, nº 230,
apartamento 1602, bairro Ilha do Retiro, Recife/PE, CEP 50.750-400, portador da cédula
de identidade nº3.442.285-SSP/PE e inscrito no CIC nº 588.363.340-87, vem,
respeitosamente, perante Vossa Excelência requerer as medidas necessárias para
arquivamento da 15ª Alteração do Contrato Social da Sociedade Empresarial "Real
Energy Ltda".

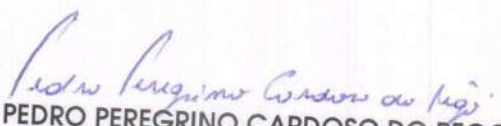
Pede deferimento.

Olinda, 27 de dezembro de 2012.


ALBERTO CARDOSO CORREIA REGO FILHO

Sócio

CPF 588.363.340-87


PEDRO PEREGRINO CARDOSO DO REGO

Sócio Administrador

CPF 026.890.914-88


RAPHAEL PARENTE OLIVEIRA

OAB/PE 26.433




JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 18/01/2013

139898840

13/989884-0

076162 7


ROLDÃO ALVES PAES BARRETO
SECRETARIO-GERAL

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 15º (DÉCIMA QUINTA) ALTERAÇÃO, MODIFICAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL SOCIEDADE EMPRESARIAL "REAL ENERGY LTDA" – CNPJ Nº 41.116.138/0001-38

ALBERTO CARDOSO CORREIA REGO FILHO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na Avenida Beira Rio, nº 230, apartamento 1602, bairro Ilha do Retiro, Recife/PE, CEP 50.750-400, portador da cédula de identidade nº 3.442.285-SSP/PE e inscrito no CIC nº 588.363.340-87, e **PEDRO PEREGRINO CARDOSO DO REGO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Simão Mendes, nº 200, apt. 1402, Jaqueira, Recife/PE, portador da cédula de identidade nº 4.609.837 SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 026.890.914-88, decidem, em comum acordo, promover a 15ª (décima quinta) Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade Empresária "Real Energy Ltda", empresa inscrita no CNPJ sob o nº 41.116.138/0001-38, com seus atos constitutivos arquivados nesta Junta Comercial, sob o NIRC nº 26200761627, para realizar as seguintes alterações na relação societária:

I – Modificam o artigo 2º do Estatuto para acrescentar ao Objeto da Empresa o §2º, que está assim redigido:

"§ 2º - No exercício do seu objeto a empresa atuará junto à iniciativa privada, como também junto à União, Estados, Município, Autarquias e Fundações Públicas, Entidades e Órgãos Públicos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, podendo atuar como concessionária e/ou permissionária de serviço público, bem como contratar Parceria Público-Privada."



II – Modificam o artigo 3º do Estatuto para alterar a sede e foro da empresa para a Av. Beira Canal, nº 049, Bultrins, no Município de Olinda, Estado de Pernambuco, CEP 53.070-440.

III – Modificam o artigo 5º do Estatuto para alterar o Capital Social para R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), dividida em 1.500.000 (hum milhão e quinhentas mil) cotas, cada uma no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real), sendo a diferença de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) integralizada pelos sócios, na proporção da participação no capital social, ou seja, 95% e 5%, através da reserva de lucros acumulados pela sociedade, conforme saldo credor na conta Lucros a Distribuir, demonstrado no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2010 e registrado na Junta Comercial de Pernambuco.

IV – Modificam o § 3º do artigo 6º do Estatuto, que passa a ter a seguinte redação:

*“§ 3º - Os sócios que estiverem no exercício e investidos nos poderes de administração da sociedade passam a poder praticar os atos necessários ao bom, fiel e cabal desempenho de suas funções e melhor desenvolvimento dos negócios sociais, podendo, **com a anuência dos demais sócios**, comprar, vender, prometer vender, ceder, prometer ceder, hipotecar, caucionar, alugar ou alienar, sob qualquer forma ou título, todos e quaisquer bens e direitos patrimoniais da Sociedade, móveis, imóveis, materiais ou imateriais, fungíveis ou infungíveis, susceptíveis ou não de avaliação, admitir e demitir empregados; assinar contratos de qualquer natureza, públicos ou particulares, ajustar preços, cláusula e condições; firmar termos de compromisso e de responsabilidade; enfim, representar a Empresa, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.”*

V – Modificam o § 3º, do artigo 7º do Estatuto, que passa a ter a seguinte redação:

*“§ 3º - O contrato social poderá ser alterado no todo ou em parte, inclusive para modificação dos sócios-quotistas e **destituição do sócio-administrador**, por deliberação do(s) sócio(s) que representem 2/3 (dois terços) do capital social.”*

VI – Modificam o Estatuto para renumerar os parágrafos do artigo 7º, para que, onde se lê “**parágrafo único**”, leia-se “**§ 4º**”.



ATO CONSTITUTIVO CONSOLIDADO

CAPITULO I

DA NATUREZA JURÍDICA, DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE, FORO E PRAZO DE DURAÇÃO

Art. 1º - A Sociedade é constituída sob a forma empresarial do tipo limitada e girará com a denominação social de **REALENERGY LTDA.**, regendo-se pelo presente estatuto, pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil Brasileiro, e ainda, supletivamente pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (dispõe sobre as Sociedades Anônimas), no que couber.

DO OBJETO SOCIAL

Art. 2º - A Empresa tem por objeto social a realização de obras, projetos, serviços e manutenção elétrica, mecânica e civil, com ou sem fornecimento de materiais, bem como serviços de iluminação, redes elétricas aéreas ou subterrâneas, lógicas, hidráulicas, telefonia, saneamento, refrigeração e comunicação com ou sem fio, cadastros, topografia, geoprocessamento, energias alternativas, sinalização de vias e transportes, tratamentos anticorrosivos, pinturas químicas e análise de efluentes, sistema de prevenção de incêndio e ar comprimido, paisagismo, podaço, sonorização, efficientização energética, automação, locação de veículos de passeio, utilitários e caminhões, equipamentos, mobiliários, máquinas e mão de obra especializada ou não, manutenção e representação comercial de materiais e componentes elétricos, eletrônicos e de informática, consultoria na área ambiental, de energia, urbanística, responsabilidade social e cooperação técnica, requalificação urbana, construção e manutenção de subestações e equipamentos elétricos, gestão de parques de iluminação pública, de projetos arqueológicos e de redes de telecomunicações com dados e voz, sinalização náutica, turística e de vias de transportes, manutenção semafórica, restauração e revitalização de bens móveis e imóveis, fiscalização e supervisão de atividades de engenharia, assessoria técnica.

§ 1º - A Empresa exercerá o seu objeto social diretamente ou em associação com terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, podendo participar do capital de outras empresas, como acionista, quotista, ou de empreendimentos determinados, como



§ 2º - No exercício do seu objeto a empresa atuará perante a iniciativa privada, como também junto a União, Estados, Município, Autarquias e Fundações Públicas, Entidades e Órgãos Públicos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, podendo atuar como concessionária e/ou permissionária de serviço público, bem como contratar Parceria Público-Privada.

DA SEDE E FORO

Art. 3º - A Empresa tem sede e foro, na Av. Beira Canal, nº 049, Bultrins, no Município de Olinda, Estado de Pernambuco, CEP 53.070-440, regularmente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 41.116.138/0001-38, podendo abrir filiais, escritórios e nomear representantes em qualquer parte do território nacional, com ou sem destaque do capital social, observadas as normas legais vigentes.

DO PRAZO DE DURAÇÃO

Art. 4º - A Sociedade vigorará por prazo indeterminado, tendo iniciado suas atividades na data do arquivamento do seu contrato de constituição social no registro público mercantil, em 18 de novembro de 1992.

CAPITULO II

DO CAPITAL SOCIAL

Art. 5º - O capital social é de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), dividido em 1.500.000 (hum milhão e quinhentas mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, divididos por seus sócios, restando a composição do quadro societário assim definida:

SÓCIO	QUANTIDADE DE COTAS	DE	VALOR DAS COTAS	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL
ALBERTO CARDOSO CORREIA REGO FILHO	1.425.000 (hum milhão e quatrocentos e vinte		R\$ 1.425.000,00 (hum milhão quatrocentos e vinte	95% (noventa e cinco por cento)



	e cinco mil)	e cinco mil reais)	
PEDRO PEREGRINO CARDOSO DOREGO	75.000 (setenta e cinco mil)	R\$ 75.000 (setenta e cinco mil reais)	5% (cinco por cento)
Total	1.500.000 (hum milhão e quinhentos mil)	R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais)	100% (cem por cento)

§ 1º - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor das quotas que possuir mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital.

§ 2º - O capital social poderá ser aumentado por deliberação dos sócios, mediante a subscrição e integralização em dinheiro, créditos, bens e direitos patrimoniais susceptíveis de avaliação, ou por qualquer forma permitida em lei.

§ 3º - As quotas são intransferíveis a terceiros, sem o consentimento dos demais sócios, e, quando concedido poderá ser implementada através da assinatura de contrato especial de alteração social, para a admissão de novo sócio, cumpridas as disposições legais pertinentes.

CAPITULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA

Art. 6º - A administração e gerência plena da sociedade passa a ser exercida pelo sócio PEDRO PEREGRINO CARDOSO DO REGO, isoladamente e, nas suas faltas ou impedimentos, pelo sócio ALERTO CARDOSO COREIA REGO FILHO, os quais, sob designações respectivas de SÓCIO ADMINISTRADOR E SÓCIO, respectivamente, são empossados neste ato, dispensados de prestar caução.

§ 1º - Os Sócios poderão por deliberação da maioria do capital social, através de ato em separado, designar pessoa natural não integrante do quadro societário, como administrador da sociedade, que tomará posse em livro próprio, onde constarão os poderes, condições gerais, encargos e duração da gestão.



§ 2º - Somente o sócio administrador possui poderes para receber citações, intimações e notificações judiciais e extrajudiciais.

§ 3º - Os sócios que estiverem no exercício e investidos nos poderes de administração da sociedade passam a poder praticar os atos necessários ao bom, fiel e cabal desempenho de suas funções e melhor desenvolvimento dos negócios sociais, podendo, **com a anuência dos demais sócios**, comprar, vender, prometer vender, ceder, prometer ceder, hipotecar, caucionar, alugar ou alienar, sob qualquer forma ou título, todos e quaisquer bens e direitos patrimoniais da Sociedade, móveis, imóveis, materiais ou imateriais, fungíveis ou infungíveis, susceptíveis ou não de avaliação, admitir e demitir empregados; assinar contratos de qualquer natureza, públicos ou particulares, ajustar preços, cláusula e condições; firmar termos de compromisso e de responsabilidade; enfim, representar a Empresa, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

§ 4º - O Sócio Administrador da empresa, Sr. PEDRO PEREGRINO CARDOSO DO REGO, poderá, em relação à Conta Corrente 13000228-7, Agência 4159, do Banco Santander, emitir, sacar, aceitar, endossar e avalizar cheques, ordens de pagamento, notas promissórias, duplicatas, letras de câmbio, conhecimentos de transporte e quaisquer outros títulos de crédito, abrir, movimentar e encerrar contas correntes bancárias e de investimentos, contrair empréstimos e financiamentos, com ou sem garantias.

§ 5º - O Sócio Majoritário, Sr. ALBERTO CARDOSO CORREIA REGO FILHO, poderá, em relação à Conta Corrente 12227/0, Agência 1599/7, do Banco Bradesco, e Conta Corrente 9172/3, Agência 1850/3, do Banco do Brasil, emitir, sacar, aceitar, endossar e avalizar cheques, ordens de pagamento, notas promissórias, duplicatas, letras de câmbio, conhecimentos de transporte e quaisquer outros títulos de crédito; abrir, movimentar e encerrar contas correntes bancárias, de investimento, em qualquer instituição, da rede pública ou particular, contrair empréstimos e financiamentos, com ou sem garantias.

§ 6º - Fica expressamente proibido, sob pena de ineficácia perante a Sociedade e de responsabilidade perante os demais sócios e terceiros prejudicados, o uso da denominação social em negócios estranhos ao objeto e aos interesses sociais, especialmente a concessão de avais, fianças ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.



§ 7º - Os sócios que estiverem em exercício de suas funções perceberão uma remuneração mensal, a título de "pro labore", no valor estabelecido por deliberação da maioria dos sócios, em relação ao capital social, de acordo com as disponibilidades financeiras da sociedade, devendo a importância pagas serem levadas à débito da conta "Despesas Gerais".

CAPITULO IV

DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Art. 7º - As deliberações sociais serão tomadas em reunião dos sócios quotistas, pelos sócios que representem a maioria do capital da sociedade, ressalvadas as matérias que legalmente exigem quorum mínimo superior para as suas aprovações, correspondendo cada cota a 1 (um) voto, respeitados os limites dos artigos 1.010 do Código Civil/2002.

§ 1º - O comparecimento de todos os sócios quotistas à reunião dispensa o ato de convocação prévia.

§ 2º - No caso de empate na votação de qualquer matéria, a deliberação será considerada não aprovada, devendo-se observar-se nestes casos a previsão legal do art. 1.010, § 2º, do Código Civil de 2002.

§ 3º - O contrato social poderá ser alterado no todo ou em parte, inclusive para modificação dos sócios-quotistas e destituição do sócio-administrador, por deliberação do(s) sócio(s) que representem 2/3 (dois terços) do capital social.

§ 4º - Deliberada e autorizada a modificação e ou alteração do contrato social, instrumento que a consolidar, independe da assinatura de todos os sócios quotista, assistindo ao sócio que divergir a faculdade de se retirar da sociedade, devendo as suas quotas serem liquidadas pelo seu valor patrimonial líquido, para efeito de pagamento dos direitos e haveres do sócio que usar o seu direito de recesso.

CAPÍTULO V

DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E DA CESSÃO DE QUOTAS



Art. 9º - Na proporção das quotas que detiverem, terão os sócios quotistas preferência para subscrição de novas quotas provenientes do aumento do capital social, com a entrada de novos recursos ou com a apropriação de créditos.

Art. 10º - Os sócios quotistas em primeiro lugar, na proporção das quotas que detiverem no capital, e os terceiros estranhos à sociedade em seguida, se os sócios quotistas não se interessarem pela aquisição, terão preferência, em igualdade de condições, para adquirir as quotas do sócio que usar do seu direito de recesso previsto na parte final do parágrafo do artigo 9º deste contrato.

Art. 11º - É livre a cessão de quotas entre os sócios observado, porém, o direito de preferência dos demais para a aquisição das quotas do cedente, na proporção das quotas do cedente, na proporção das quotas que então detiverem no capital social.

Art. 12 - Na hipótese de sucessão "mortis causa", verificada por qualquer motivo e impossibilidade da entrada na sociedade dos sucessores do sócio falecido, os quotistas remanescentes em primeiro lugar, na proporção das quotas que detiverem no capital e os terceiros estranhos à sociedade em seguida, se os quotistas remanescentes não se interessarem pela aquisição, terão preferência, em igualdade de condições, para adquirir as quotas e direitos dos sucessores, observando-se, neste caso, o que a respeito é estabelecido para o caso.

CAPÍTULO VI

DO DIREITO DE RECESSO, INCAPACIDADE E EXCLUSÃO DO SÓCIO

Art. 13 - O exercício uso do direito de recesso, a declaração judicial de incapacidade e a exclusão de qualquer dos sócios quotistas não acarretará a dissolução da Sociedade, desde que restabelecido no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data do evento os demais queiram com ela continuar.

Art. 14 - A incapacidade do sócio quotista será verificada através de declaração judicial, com sentença transitada em julgado, inclusive nos casos de declaração de falência de empresa em geral, da qual o sócio era quotista ou diretor, posto que considerado falido ou a ele equiparado.



Art. 15 - A apuração do capital e haveres do sócio que usar do direito de recesso, tiver a sua incapacidade declarada ou for excluído obedecerá às seguintes condições: a) se o fato ocorrer até 6 (seis) meses após o encerramento do ano social, proceder-se-á à apuração com base no Balanço Geral do exercício findo; b) se o fato ocorrer após estes 6 (seis) meses, levantar-se-á um Balanço Especial na data da ocorrência, salvo se o fato ocorrer nos três últimos meses do ano. Hipótese em que o capital e haveres são apurados à vista do Balanço Geral do exercício da ocorrência, a ser levantada a posteriori.

Art. 16 - O pagamento do capital e haveres do sócio incapaz, falido ou que se retirar, será efetuado em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, iguais e sucessivas, sem qualquer correção monetária dos seus valores, mas com o acréscimo de juros de 1% (um por cento) ao mês, vencendo a primeira prestação 30 (trinta) dias após a apuração final do capital e haveres.

Art. 17 - O pagamento do capital e haveres será efetuado diretamente ao sócio que usar do direito de recesso ou for excluído, ou quem de direito, nos casos de incapacidade, ou mediante consignação em juízo, assegurado à Sociedade, em primeiro lugar, e aos demais sócios, em seguida, o direito de preferência para a aquisição do capital e haveres dos sócios que for excluído ou que for declarado incapaz.

CAPÍTULO VII

DO FALECIMENTO DO EMPRESÁRIO

Art. 18º - Falecendo qualquer dos sócios quotistas caberá os seus herdeiros a sucessão na Sociedade, procedendo-se a esta substituição a quem de direito, mediante alteração do contrato social, para ingresso dos novos sócios.

Art. 19º - Enquanto não se formalizar a alteração, os resultados que caberiam ao falecido serão contabilizados em nome do espólio, para posterior apropriação em nome dos sucessores.

Art. 20 - Verificada a impossibilidade, por qualquer motivo, da entrada na Sociedade dos sucessores do sócio falecido, o seu capital e haveres serão apurados através de Balanço Especial, e o valor encontrado será atribuído ao espólio ou



sucessores, na forma estabelecida nos Art. 15 deste contrato, respeitado o direito de preferência previsto no Art. 11, também deste contrato.

Parágrafo único – Em caso de falecimento do Empresário Individual, poderão os herdeiros do Empresário revogar, a qualquer momento, o mandato outorgado ao administrador nomeado nos termos do § 1º do artigo 6º deste instrumento, sem prejuízo da remuneração devida nos moldes.

CAPITULO VIII

DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E LUCRO

Art. 21 - O exercício social coincidirá com o ano civil.

Art. 22 - O Balanço Geral será levantado anualmente, no dia 31 (trinta e um) de dezembro e deverá estar concluído no prazo estabelecido pela legislação pertinente.

Art. 23 – Do lucro líquido do exercício serão deduzidas as reservas exigidas por lei e outras determinadas por quotistas que representam a maioria do capital social, devendo o saldo remanescente ter o destino que os sócios quotistas determinarem, através do quorum de maioria do capital social, sendo certo que se a deliberação for para distribuição entre os sócios, esta deverá ser feita de acordo e na proporção da participação societária de cada sócio respectivo.

Art. 24 – A Sociedade não terá conselho fiscal.

CAPITULO IX

DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 25 – A fim de exercer em plenitude seu objeto, sempre se adequando às determinações e diretrizes legais, a sociedade contratará, quando necessário e exigido pela legislação de regência do CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, responsável técnico a quem será atribuída remuneração respectiva.



CAPITULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 – A Sociedade se dissolverá nos casos previstos em lei e por deliberação da totalidade dos sócios que representem no capital social.

Art. 27 – Verificada ou deliberada a dissolução, os sócios quotistas elegerão o liquidante, estranho ou não à sociedade, ditando-lhe a forma de liquidação e a sua remuneração. Não obtido o consenso, o processo de liquidação será devolvida a juízo.

de Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições legais aplicáveis à Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e, supletivamente, pelas disposições legais aplicadas a sociedade limitada.

Art. 28 – Os lucros ou prejuízos verificados na dissolução serão auferidos ou suportados pelos sócios quotistas, na proporção de suas quotas.

Art. 29 – Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições legais aplicáveis às sociedades empresariais limitadas e, supletivamente, nas disposições da lei das sociedades anônimas, no que couber, esgotadas as tentativas de consenso.

Art. 30 – As partes contratantes obrigam-se, por si e seus herdeiros sucessores, a fazer este contrato sempre bom, firme e valioso, pondo-se reciprocamente a paz e a salvo de quaisquer dúvidas ou contestações futuras, elegendo o foro da Comarca de Olinda, Estado de Pernambuco, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou passa se apresentar, para, solução das questões decorrentes deste contrato.

Art. 31 – O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos legais dela, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia de consumo, fé pública, ou contra o direito à propriedade (art.





E por estarem assim, justas, acordadas e contratadas, as partes outorgantes o reciprocamente outorgadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para o mesmo fim e efeito de direito, juntamente com as duas testemunhas especialmente convocadas para este ato e que tudo assistiram, contendo todas as vias, sem emendas ou rasuras.

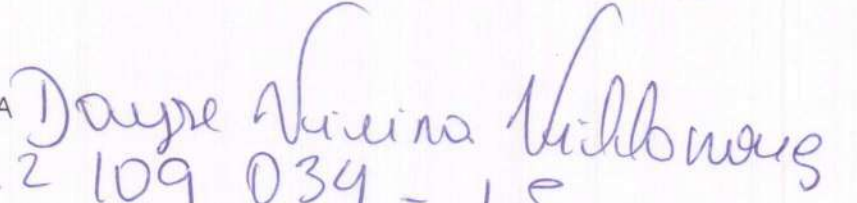
Olinda, 27 de dezembro de 2012.


ALBERTO CARDOSO CORREIA REGO FILHO
Sócio
CPF 588.363.340-87


PEDRO PEREGRINO CARDOSO DO REGO
Sócio Administrador
CPF 026.890.914-88


RAPHAEL PARENTE OLIVEIRA
OAB/PE 26.433

TESTEMUNHA 
CPF: 050039904-21
END: Rua Yataripi nº 404 J. Brasil II - Olinda - PE

TESTEMUNHA 
CPF: 712 109 034 - 15
END:

Dona: Francisco Pedro Alvimado
Nº 42 Rua ...


Maria Angélica de Azevedo Bastos
Analista de Processos
Junta Comercial do Estado de Pernambuco

